



MARIELI ZANOTTO

Sentidos sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol –Licenciatura, UFES, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora prof.^a Dra. Angela Derlise Stübe

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 29/11/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Angela Derlise Stübe (UFES)

Prof.^a Dra. Tamiris Machado Gonçalves (UFES-PPGEL PNPD-CAPES)

Prof.^a Dra. Verli Fátima Petri da Silveira (UFES)

Sentidos sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa¹

Marieli Zanotto²

mari_zanotto@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa analisa sentidos mobilizados sobre o sujeito indígena em dicionários online de língua portuguesa. Por meio da análise, buscamos compreender memórias discursivas que sustentam verbetes relacionados a indígena, identificar imaginários que sustentam os sentidos mobilizados e como impactam em saberes e sentidos estabilizados sobre esses sujeitos. Para isso, partindo de uma sequência discursiva de referência, buscou-se nos dicionários online de língua portuguesa as definições relacionadas à indígena. Em nossa análise, apoiamos-nos nos dispositivos teórico-analíticos da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise do Discurso (AD) de filiação francesa, para tanto, conversamos com autores que dedicam esforços a observar o movimento de sentidos pela perspectiva da AD como Pêcheux (1995; 1997), Orlandi (1997; 2001; 2006; 2008 e 2010), Nunes (2006; 2008 e 2010) e Petri (2010; 2011; 2012 e 2020). Compreendemos que os dicionários possuem papel crucial na institucionalização dos sentidos, assim os dicionários online configuram-se como uma ferramenta útil e importante na tentativa de flagrar os discursos em circulação e os modos de dizer de uma sociedade. Os resultados apontam que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista e retrógrada, pois o definem como um sujeito pertencente ao passado, produzindo um silenciamento do indígena na atualidade e do indígena brasileiro, além de sustentarem uma idealização desse sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Indígena; Dicionário; Sentidos; Imaginário; Discurso; Silenciamento

1. Introdução

Ao longo da história, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, até os dias atuais, muitos são os imaginários criados sobre os sujeitos indígenas, que são reproduzidos e repetidos nos discursos em circulação em nossa sociedade, produzindo e afetando sentidos acerca desses sujeitos. Os discursos sobre o indígena e os imaginários neles sustentados influenciam na produção de sentidos sobre esses sujeitos, uma vez que os “discursos sobre” produzem memória e inscrevem as enunciações em redes de filiação de sentidos, possuindo papel crucial na institucionalização dos sentidos (ORLANDI, 2008). Dessa forma, para compreender sentidos produzidos sobre o indígena, faz-se necessário observar os discursos em circulação sobre ele. Um dos modos de observar os discursos em circulação é analisando os dicionários de língua portuguesa e as definições que eles apresentam.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito para obtenção do título de graduada em Letras Português. Orientadora Profa. Dra. Angela Derlise Stübe

² Acadêmica da 9ª fase do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó.

Há em torno do dicionário um imaginário de um local de acúmulo de saberes, lugar de certeza, o lugar para o qual vamos em busca respostas. O dicionário é um objeto de consulta tanto dos significados das palavras quanto da forma como são escritas, “com a certitude do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições. Ele se mostra, desse modo, como uma obra de referência” (NUNES, 2011, p. 11). Por ser um instrumento de consulta, as definições apresentadas pelos dicionários são tidas, em geral, como certas, boas, verdadeiras, únicas e completas, e, assim, não há restrições para seu uso (OLIVEIRA, 2006). Portanto, já é naturalizado que os discursos sobre estejam sustentados também em definições propostas pelos dicionários, contribuindo, assim, com a estabilização de sentidos, visto que o dicionário é considerado “como um espaço profícuo à estabilização de alguns sentidos em detrimento de outros, tomando-o como instrumento linguístico da maior importância para o processo de gramatização das línguas” (AUROUX, 1992 apud PETRI, 2019, p.230).

Desse modo, analisar os dicionários possibilita compreender como se produzem os discursos em circulação. De acordo com Nunes (2011, p. 11), “por consistir nesse espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição, o dicionário é um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas”. O dicionário pode ser adotado, então, como um instrumento que “pode não só nos contar algo da palavra, mas também nos permite flagrar modos de dizer a sociedade na qual ela funciona” (OLIVEIRA, 2006, p. 20). Portanto, compreendemos que olhando para os dicionários é possível observar os discursos em circulação sobre o sujeito indígena e em que sustentam-se sentidos e imaginários produzidos, uma vez que “trata-se de um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos” (NUNES, 2011, p. 11).

Os dicionários são considerados instrumentos normativos, espaço de certeza, verdade, produção de conhecimento e acúmulo de saberes, e também instrumento no qual circulam discursos logicamente estabilizados. Entretanto, Petri (2011) ressalta que não se pode acreditar que todos os sentidos possíveis estão contidos no dicionário. Observar os dicionários é, de acordo com Klinger, Castiglioni e Cunha (2014, p. 81), “perceber que há certos sentidos que aparecem e se consolidam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros; sempre estão sujeitos a equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura”.

Considerando então, o que o dicionário representa algo útil e necessário para a sociedade e, também, os avanços tecnológicos que ocorrem com vertiginosa frequência na

atualidade, podemos considerar que o dicionário vem assumindo novas formas. Conforme Dias (2020, p. 161) destaca, “ligada diretamente ao desenvolvimento acelerado de tecnologias digitais, dispositivos móveis e aplicativos, a Internet já há muito produz um imaginário de mudanças no mundo”. O crescente avanço das tecnologias digitais e suas múltiplas possibilidades de acesso, permitem a disponibilização e o acesso de informações de maneira bastante ágil, possibilitando assim aos seus usuários a obtenção de respostas e informações de maneira rápida, simples e com grande abrangência. Neste sentido, Freitas (2020, p. 93) destaca “que a presença dos meios tecnológicos concorre mais fortemente o dicionário de papel, por vezes o substituindo, [...] uma vez que tais dispositivos comparecem em lugares que não seriam alcançados pelas formas tradicionais de dicionarização”.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o verbete “indígena”, a partir das definições oferecidas em dicionários online de língua portuguesa. A perspectiva da qual a pesquisa olha para os dicionários online é a da Análise do Discurso (AD) em articulação com a da História das Ideias Linguísticas (HIL). Para a Análise do Discurso, os dicionários configuram-se como objetos discursivos, ou seja, o dicionário é discurso. O dicionário, é, portanto, um modo de dizer, e segundo destacam Klinger, Castiglioni e Cunha (2014, p. 79) “esse modo de dizer, apresentado sob a forma de definição, resulta de uma sedimentação histórica dos sentidos, o que garante a esse instrumento linguístico, juntamente com as injunções das políticas linguísticas, um lugar de legitimação dos sentidos das palavras”.

A história das ideias linguísticas dedica-se a pensar a constituição do saber sobre a linguagem e as línguas por meio de procedimentos metodológicos que instrumentalizam as línguas, os quais, de acordo com Aurox (2009, p.65), “são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Os instrumentos tecnológicos da gramatização dizem muito sobre a sociedade em que eles se inserem, isso porque são objetos históricos relacionados à linguagem e que refletem a realidade de seus falantes. Diante disso, os instrumentos tecnológicos da gramatização podem representar o funcionamento de uma língua em determinado período, de maneira contextualizada histórica e ideologicamente.

Já a AD, de acordo com Mariani (1998, p. 23), “encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito”. Por meio da materialidade linguístico-discursiva é que a AD busca compreender essas relações.

Conforme salienta Mariani (1998, p. 23), “a AD se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu

objetivo principal: compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos”. Significa dizer que a AD trabalha “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2010, p. 16). Desse modo, a análise do discurso não tem por objetivo tratar da língua, da gramática, embora isso também lhe interesse, mas sim, trata do discurso. Discurso, em sua etimologia, refere-se a ideia de curso, percurso, de movimento. Discurso é então, palavra em movimento, prática de linguagem (ORLANDI, 2010). O objeto de estudo da AD portanto, é a linguagem em ação.

De acordo com Orlandi (2010, p. 15) a disciplina procura “compreender a língua fazendo sentido”, uma vez que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2010, p.17).

As gramáticas e dicionários que são instrumentos linguísticos possuem forte relação com a sociedade onde se inserem e com a história de determinada língua. Portanto, analisar os instrumentos linguísticos sob a ótica da AD, possibilita transformá-los em objetos vivos, partes do processo de constituição dos sujeitos e da construção histórica das formações sociais, conforme destaca Orlandi (2001). A presente pesquisa toma o instrumento linguístico como objeto de análise, em outros termos, “tomando como objeto de estudo um processo de gramatização em vias de acontecimento” (FREITAS, 2019, p. 33). Sendo assim, a pesquisa assume o dicionário como objeto de análise, com o objetivo de compreender memórias discursivas que sustentam verbetes, identificar imaginários que sustentam os sentidos mobilizados e como impactam em saberes e sentidos estabilizados. Dessa forma, os dicionários são tomados neste estudo como objeto, por meio do qual analisaremos as singularidades da materialidade discursiva que interpretamos.

Para atender aos propósitos desta pesquisa, inicialmente apresentamos um panorama teórico sobre a Análise do Discurso e que sustentam este estudo, bem como o percurso metodológico adotado. Por último, mobilizamos a análise do *corpus* a fim de estabelecermos nosso gesto interpretativo.

2. Amparo teórico

Antes de partirmos para a análise do corpus, é importante que tratemos de alguns conceitos fundamentais à teoria da AD. Segundo Orlandi (2013, p. 15), “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico,

parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Desse modo, a AD compreende que a língua não é transparente, sendo atravessada pelo social, pelo histórico e pelo ideológico. Diante disso, a presente pesquisa interessa-se em compreender como esse atravessamento se manifesta nos sentidos sobre o indígena, nos tópicos a seguir, trataremos de algumas noções caras à teoria e fundamentais para que se compreenda o gesto interpretativo à que esse trabalho se propõe fazer.

2.1. “reservatório” de sentidos: noção de Imaginário

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, faz-se necessário compreender a noção de imaginário, para então compreender que imaginários sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena. Para isso, adotamos a noção de imaginário baseada na posição teórica da Análise de Discurso, sendo assim, a consideramos pelo viés discursivo

Pêcheux destaca (1997) que os discursos são determinados pela projeção imaginária que os sujeitos da interação fazem do lugar que (acreditam que) ocupam e das demais coisas sobre as quais enunciam, assim, o que determina as formações discursivas são as imagens que os sujeitos constroem do lugar social que ocupam e que o outro ocupa. Desse modo, de acordo com Veroneze Jr. e Padua (2020, p. 4), “compreende-se *imaginário* como prática inerente, constitutiva do sujeito, compreendendo a impossibilidade de significar sem imaginar. O sujeito projeta imagens de si, dos outros e daquilo sobre o que ele fala” (grifo do autor). Portanto, entende-se que imaginário são as imagens que o sujeito produz para significar, para dar sentido, em suas relações de alteridade com o mundo, é a produção de imagens que o sujeito faz de suas relações com o mundo. Assim, “o imaginário é, então, esse dizer já colocado interdiscursivamente, uma espécie de “reservatório” de sentidos para o sujeito” (MARIANI, 1998, p. 33).

Orlandi (2010) destaca que o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem e “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder [...] se constitui nesse confronto simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições” (ORLANDI, 2010, p. 42). Sendo assim, o imaginário funciona por meio da relação entre sujeito, ideologia, história e sentidos, e são essas projeções imaginárias produzidas dessa relação que condicionaram o sujeito em seus discursos. Dessa forma, o imaginário “se dá por meio da *ideologia*, da relação não consciente que os sujeitos mantêm com a língua e com a história. Ou seja, essas imagens são constituídas com base nos efeitos de evidência produzidos por um dispositivo ideológico

presente em todos os sujeitos” (VERONEZE JR; PADUA, 2020, p. 4, grifo dos autores). A ideologia por sua vez, “é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (ORLANDI, 1998, p. 48). Assim, em síntese, imaginário é a imagem que o sujeito constrói das coisas e de si, a partir de sua ideologia.

A noção de imaginário é importante para compreender o que e como se sustentam os discursos em circulação, uma vez que, como aponta Mariani (2016, p. 38), “as imagens que se produzem na materialidade discursiva [...] vão colocar no todo complexo das formações discursivas, permitindo a cristalização de identificações com significantes enlaçados a sentidos”. Sendo assim, por meio da materialidade discursiva é possível identificar imaginários, ou seja, nos discursos sobre o sujeito indígena é possível observar imaginários sobre esses sujeitos presentes em nossa sociedade.

2.2. “Guardião de sentidos”: Dicionários online

Nunes (2010), isso significa que o dicionário não é algo que está na mente das pessoas desde o momento em que elas nascem, e sim, é produzido sob certas condições de produção (NUNES, 2010). As palavras são tomadas em relação com os sujeitos e com as circunstâncias, isto é, como produtos das relações sociais e históricas, uma vez que “ao enunciar o sujeito se filia a regiões do interdiscurso, que refletem posições ideológicas representadas no dizer pelos discursos” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Portanto, “todo dizer é histórico, na medida em que é sempre dizer de um sujeito, isto é, de um indivíduo interpelado ideologicamente” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Do mesmo modo “o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas” (NUNES, 2010, p. 7).

Olhar para os dicionários permite compreender a constituição, formulação e a circulação de discursos. Conforme destaca Oliveira (2006, p. 20), o dicionário possui “grande força normativa sobre os falantes, um instrumento que produz um saber que se dá ao mesmo tempo sobre a língua e o mundo”, além disso, na relação falante-dicionário, os dicionários são considerados instrumentos caracterizados pela neutralidade, não possuindo caráter político e histórico (OLIVEIRA, 2006). Diante disso, compreendemos que os dicionários afetam os discursos dos sujeitos falantes, pois são tomados como obra de referência universal da língua portuguesa.

Segundo Nunes (2006, p. 13), durante algum tempo se “produziu um silêncio em relação aos dicionários, considerados como instrumentos normativos, objetos fossilizados que não correspondiam à língua falada”. O imaginário social que permeia o dicionário é de um lugar de certezas, onde as dúvidas se esclarecem, em que estão contidos os sentidos verdadeiros e completos, conforme apresenta Petri (2010, p. 25) um “lugar marcado pela evidência de certeza, pela acumulação de saber “sobre” [...] marcado pela responsabilidade de “guardar” os sentidos das palavras”. Entretanto, “entendemos que os sentidos são “aves”, eles migram; são “aves” arriscas, não se deixam aprisionar; são “aves” que cantam, seu canto ressoa de diferentes maneiras. E, como todas as canções, estas provocam diferentes reações nos sujeitos” (PETRI, 2010, p. 25)

Nesse sentido, Petri (2011) afirma que não se pode acreditar que todos os sentidos possíveis estão contidos no dicionário, uma vez que, é “constituído por sinônimos imperfeitos, contrastando-os com os processos de produção de sentidos nas práticas sociais cotidianas” (PETRI, 2011, p. 29). Sendo assim, os dicionários funcionam como lugares eficazes de descrição das línguas, como sugerem Siveris e Petri (2010). Na mesma direção Nunes (2008) aponta que o processo de dicionarização atravessa diversos tipos de discursos. Dessa forma, olhar para os dicionários, significa olhar para a constituição de discursos em circulação, compreender sentidos e imaginários e como eles se sustentam.

Entretanto, com o crescente avanço e atualização das tecnologias digitais e das ferramentas de disponibilização de informação, o uso do dicionário físico, impresso, tem sido reduzido ao correr do tempo. Isso porque a internet proporciona o acesso rápido, fácil, por meio de diversos dispositivos, de qualquer lugar, a uma imensa quantidade de dados e informações, em grande maioria, de forma gratuita, além disso, os conteúdos disponíveis são atualizados constantemente.

Desse modo, o uso das tecnologias influencia fortemente a produção e a circulação de conhecimentos e, com isso impactam também nos conhecimentos produzidos sobre as línguas. Segundo Freitas (2020, p. 12) a internet “ao proporcionar formas de produção e circulação do conhecimento, produz novas formas de representação e apresentação desse saber metalinguístico”. Assim, “do cruzamento entre o lugar dos dicionários, enquanto obra de referência dos sentidos na língua, e do informático, enquanto organizador técnico social dos conhecimentos, surgem os dicionários online” (FREITAS, 2020, p. 93), ainda de acordo com ele a “produção dos dicionários online articula elementos da lexicografia com as possibilidades de produção de conhecimento propiciadas pela internet” (FREITAS, p. 108).

Diante disso, a opção pelos dicionários online se deu por considerarmos que eles, assim como os dicionários tradicionais, carregam esse imaginário de completude e de um lugar de certezas, onde as dúvidas se esclarecem, onde estão contidos os sentidos verdadeiros e completos, onde todos saberes sobre se acumulam. Além disso, compreende-se os dicionários online como ferramentas muito utilizadas na atualidade para a consulta de palavras, seja com relação a aspectos gramaticais, ou a sinônimos e significados. Dessa forma, entende-se que olhar para os dicionários online é um ato importante para observar e compreender discursos em circulação.

Além de observarmos as definições presentes nos dicionários, “direcionamos nosso olhar para as fraturas do sentido que esses processos podem realçar em seu funcionamento” (FREITAS, 2020, p. 20), isto é, objetiva-se também (re)conhecer lacunas e/ou outros sentidos possíveis e silenciados. Desse modo, compreender o que consideramos por memórias nos discursos, faz-se relevante e basilar para a realização de nosso gesto interpretativo.

2.3. Trajetória dos sentidos: noções de memória

Considerando que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2010, p. 42), importa compreender como se dão então os sentidos, como ocorre “o que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 87). Desse modo, faz-se imprescindível compreender as noções de memória que se cruzam quando pensamos no funcionamento dos dicionários online.

Sabemos que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos, que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2010, p.20), e que isso é devido a memória discursiva. A memória discursiva é, de acordo com Pêcheux (1995, p. 52), “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.)”. Por outras palavras, a memória discursiva trata-se do que já foi dito antes, isso porque, as formulações se dão a partir de outras formulações já feitas, mas esquecidas. A cada vez que enunciamos, nossas palavras significam diferente, todas essas enunciações e os sentidos que elas carregam constituem a memória discursiva, então, quando enunciamos uma palavra, ela não significa somente aquilo que pretendemos que signifique, mas também carrega toda essa memória. De acordo com Bortolin e Fernandes (2017, p. 85) “a memória discursiva é uma memória relacionada ao social, à memória coletiva, à memória histórica”, e é “por meio desse

tipo de memória, os dizeres são atualizados no fio discursivo e, ao formular um discurso, o sujeito retoma ou “esquece” e silencia outros discursos já proferidos”.

Entretanto, as novas tecnologias de linguagem produzem uma memória de natureza metálica, que afeta a materialidade do texto e sua circulação (DIAS, 2020). A memória metálica se refere a memórias das máquinas, das tecnologias digitais, “sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), [...] o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade” (ORLANDI, 2006, p. 5), se diferencia da memória discursiva por ser uma memória que soma e acumula (BORTOLIN; FERNANDES, 2017, p. 85).

De acordo com o que destaca Coelho (2015), a memória metálica tem por objetivo o acúmulo e a repetição, produzindo, assim, uma inscrição dos efeitos de sentido do passado no presente, uma vez que, quando os sentidos são produzidos por determinação da memória metálica, eles tornam-se quantidade, e desse modo, os discursos do passado e do presente se naturalizam, se cristalizam. No mesmo sentido, Dias (2020) aponta que textualidades seriadas, definidas pela repetição, provocam a unidade e estabilidade na circulação.

Conforme Schmitt (2003, p. 18) “a memória metálica pode ser apreendida, facilmente acessada, pois ela funciona a partir da presentificação constante de um mesmo dizer. Essa atualização recorrente produz um efeito de completude de sentido, como se não houvesse mais o que dizer, tudo já estaria dito/posto, interpretado”. Entretanto, a memória metálica foi postulada por Orlandi em meados dos anos 90, tendo em vista o computador, e não a Internet; o aparelho, e não a conectividade (PAVEAU, 2021), contudo é uma noção fecunda para pensar a memória nos ambientes conectados. De acordo com Paveau (2021, p. 276) “nos discursos digitais, a memória discursiva é reconfigurada essencialmente para que a circulação dos discursos tome formas particulares implicadas pela dimensão técnica”.

É diante disso que Dias (2016) propõe a noção de memória digital, fazendo avançar a formulação de Orlandi, e a diferenciando da memória metálica, porém sem se descolar dela. De acordo com ela, enquanto a memória metálica funciona pela quantidade e pela possibilidade de armazenamento, a memória digital “é esse resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso”. Portanto, a memória digital não trata-se de uma atualização técnica da memória, “mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital” (DIAS, 2016, p.12).

É também levando em consideração os ambientes discursivos digitais, que Paveau (2021) propõe evoluir a noção de memória metálica para uma noção de memória

tecnodiscursiva. A memória tecnodiscursiva põe em cena um elemento importante que é estrutural quando pensamos no funcionamento da internet, e com isso também dos dicionários on-line, a deslinearização. De acordo com Paveau (2021), ela possibilita questionar a verticalidade da construção de sentidos e da validação dos discursos nos universos discursivos digitais. Essa deslinearização provoca a dissolução da “hierarquia” das sequências, Paveau (2021, p. 277) destaca que “em contexto não digital, a relação de duas sequências por meio da autoridade é realizada por um gesto de interpretação”. Entretanto, nos espaços discursivos digitais essa “hierarquia” vertical pode ser interrompida pelo acesso a hiperlinks ou por uma nova busca, que redirecionará o usuário, como aponta Paveau (2021, p. 277), “em contexto digital [...] essa camada de sentido pode receber uma explicação por meio de um gesto tecnodiscursivo: um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra”.

Nos dicionários on-line a deslinearização dos sentidos é um elemento fundante, pois enquanto os dicionários impressos possuem uma homogeneidade da sua superfície discursiva, nos dicionários on-line o fio discursivo é marcado pela deslinearização possibilitada pelos hiperlinks, que direcionam para novas palavras e, assim, novos sentidos. Além disso, ao mesmo passo que os dicionários funcionam estabilizando sentidos, os dicionários on-line permitem uma certa flexibilização de sentidos, uma vez que grande parte deles funciona de forma colaborativa, dando aos internautas a possibilidade de edição de seu conteúdo, incluindo e/ou modificando definições. O que corrobora com a deslinearização de sua superfície, já que a qualquer momento podem ser incluídas, excluídas ou modificadas as definições, alterando assim o fio discursivo e (re)produzindo sentidos, que passaremos a analisar na sequência.

3. Sentidos que ecoam

Para compreendermos os sentidos sobre o sujeito indígena que emanam dos dicionários, é preciso analisar a materialidade desses discursos. No entanto, cabe destacar que a materialidade não constitui-se somente do que está dito, daquilo que está “dado” no discurso, mas também da relação da língua com a exterioridade (ORLANDI, 2012). Desse modo, o que buscamos não são os sentidos em evidência, mas sim aqueles que se ocultam e se mostram na opacidade da linguagem. Para isso, é necessário realizar um trabalho de interpretação, a fim de compreender a materialidade histórica dos discursos, assim, para nossa análise construímos um arquivo formado pelas definições de indígena, apresentadas nos dicionários online de língua portuguesa, o qual nos propomos analisar neste tópico.

3.1. Ecos dos sentidos: metodologia e constituição do corpus

Este trabalho caracteriza-se como uma análise discursiva de verbetes que mobilizam sentidos sobre o sujeito indígena, que figuram em dicionários online de língua portuguesa. O critério de escolha por dicionários online se dá a partir da compreensão de que estes são uma ferramenta de consulta amplamente utilizada, por diferentes tipos de sujeitos, devido à grande difusão da internet nas últimas décadas, com isso visamos garantir a abrangência e representatividade do corpus. Foram selecionados dicionários que permitem a consulta de forma gratuita, sem necessidade de download de aplicativo e/ou realização de cadastros, pois compreendemos que assim são mais facilmente acessados e por uma parcela maior de pessoas, buscando agilidade e praticidade.

Partindo da sequência discursiva de referência “indígena”, realizou-se a busca do verbete em 11 (onze) dicionários de língua portuguesa disponíveis de maneira online, sendo 9 (nove) deles atuais: Aulete Digital; Dicio – dicionário online de língua portuguesa; Dicionário inFormal; Dicionário Google; Dicionário de sinônimos online; Infopédia – dicionários porto editora; Michaelis; Priberam dicionários; Wikcionários e 2 (dois) que datam do século XVIII: Blueatau, o primeiro dicionário de Língua Portuguesa de 1789; Vocabulário Portuguez e Latino de 1712, e das regularidades apresentadas em suas definições. O quadro 1 apresenta uma síntese das regularidades de verbetes encontrados nas definições pesquisando-se pelo verbete de referência - indígena. Considerando, que alguns dos dicionários pesquisados são sites colaborativos, possibilitando a intervenção dos usuários, incluindo e modificando definições, é importante salientar que a busca nos dicionários ocorreu na data de 13 de setembro de 2021.

Quadro 1: Síntese dos verbetes relacionados ao verbete indígena regulares nas definições dos dicionários

Verbetes referência	Dicionários	Regularidades de verbetes nas definições
Indígena	Aulete	Aborígene, Nativo, Índios
	Dicio	Aborígene, Autóctone, Índio
	Dicionário Informal	Nativo, Aborígene, Índio, Autóctone, Natural
	Google	Autóctone, Nativo
	Priberam	Aborígene, Autóctone, Nativo
	Wikcionário	Nativo, Originário, Índio
	Sinônimos	Autóctone, Aborígene, Natural, Crioulo, Nativo, Índio

	Michaelis	Autóctone, Índio, Originário, Aborígine, Nativo
	Infopédia	Aborígine, Autóctone, Nativo
	Bluteau	Natural, Gentio
	Vocabulário Portuguez e Latino	Natural, Gentio

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

A partir das regularidades apresentadas no quadro acima, buscamos por suas definições em todos os dicionários analisados, que resultaram nas regularidades: 1) Indígena como sujeito do passado; 2) Silenciamento do indígena brasileiro e; 3) Indígena como aquele que habita/vive no local de nascimento, essas regularidades são apresentadas no quadro 2, especificando em quais dicionários ocorreram, importa destacar que além dessas, outras regularidades foram encontradas, optamos por analisar as 3 mais recorrentes, as demais regularidades poderão ser tema de futuros estudos. O corpus da pesquisa é constituído por recortes das definições trazidas pelos dicionários, os quais chamamos sequências discursivas (SD), que se constituem de fragmentos da situação discursiva, a partir dos quais produziremos nossa análise.

Importa ressaltar que sustentamos nossa análise, metodologicamente, na relação entre intradiscurso e interdiscurso e no dispositivo teórico-analítico do funcionamento da paráfrase. Desse modo, compreendemos, assim como Orlandi (2010, p. 30), que “a memória faz parte da produção do discurso”, os discursos, portanto, são afetados pelo interdiscurso, que é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2010, p. 31), e que produzem subjetividade no intradiscurso. Uma vez que, conforme destaca Orlandi (2010, p. 31), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, já que é o interdiscurso que torna possível todos os dizeres, um dos modos pelo qual isso ocorre é por meio da paráfrase.

De acordo com Orlandi (2010, p. 36) “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, a paráfrase discursiva é então parte constitutiva na produção de efeitos de sentido (PIEREZAN, 2019). Isto posto, compreende-se que “a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2010, p. 38), entretanto não se trata de simples e mera repetição, a paráfrase “produz a variedade do mesmo” (ORLANDI, 2010, p. 37). Dessa forma, “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização” (ORLANDI, 2010, p. 37).

Ao buscarmos pelos verbetes encontrados nas definições de indígena, percebemos como regularidades o indígena como sujeito do passado, o silenciamento do indígena brasileiro e da consideração de que o indígena é aquele que, necessariamente, habita o local de seu nascimento. No quadro 2 são apresentadas as regularidades observadas, especificando os dicionários em que ocorreram, é importante destacar que para alcançar os objetivos desta pesquisa foram observadas regularidades, desse modo, os dicionários antigos, que datam do século XVIII, foram consultados, porém não apresentaram regularidades, nem contribuíram com nenhuma das regularidades observadas nos demais dicionários, não fazendo parte das análises que seguem. Nos tópicos a seguir, trataremos de cada regularidade individualmente.

Quadro 2: Síntese das regularidades encontradas nos dicionários

	Regularidades		
	Sujeito do passado	Silenciamento do indígena brasileiro	Habitar o local de nascimento
Dicionários	Aulete	Aulete	Dicio
	Dicio	Dicio	Priberam
	Dicionário Google	Google	Aulete
	Dicionário Informal	Priberam	Infopédia
	Priberam	Wikcionário	Dicionário Google
	Michaelis		Wikcionário
			Dicionário Informal
			Michaelis
			Dicionário de Sinônimos

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

3.2. Sujeito Pretérito

Dentre as regularidades observadas em nossas buscas nos dicionários pelo verbo indígena e pelos verbetes mais presentes nas definições apresentadas (quadro 1), destacou-se a inscrição do indígena como um sujeito do passado. A partir da interpretação das regularidades, selecionamos recortes das definições, que denominamos por sequências discursivas (SD), para estabelecermos nosso gesto interpretativo, importa destacar que o critério de seleção das SD's se deu por meio da interpretação de algumas regularidades. O quadro 3 apresenta as SD's, nas quais tal regularidade se manifesta, especificando em quais dicionários apareceram e em quais verbetes se manifestaram.

Quadro 3: Indígena: um sujeito do passado

Verbetes	Regularidade
	Sujeito do passado
Indígena	SD1: Aquele que habitava as Américas antes da colonização europeia, que fazia ou faz parte de um dos povos nativos do continente americano, ou o descendente de um desses povos; ÍNDIO (Aulete)
	SD2: Nascido no país em que vive, especialmente falando dos povos que já habitavam um território não colonizado; aborígine, autóctone. (Dicio)
	SD3: relativo a ou indivíduo pertencente a um dos povos que já habitavam as Américas em período anterior à sua colonização por europeus (Dicionário Google)
	SD4: aquele que habitava a América, antes da colonização europeia, ou o descendente de um desses povos. (Dicionário Informal)
	SD5: Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus. = ABORÍGINE (Priberam)
Autóctone	SD6: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígine, indígena. (Dicionário Google)
	SD7: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. (Michaelis)
Aborígine	SD8: diz-se de ou cada um dos autóctones que ocupavam regiões mais tarde dominadas por europeu (Dicionário Google)
Índio	SD9: referente aquele que habitava a América antes da chegada dos portugueses. (Dicionário Informal)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

Para discutir a tomada do indígena como um sujeito do passado, destacamos os verbos habitar, fazer, viver e ocupar, presentes nas SD's, conjugados no Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito. A conjugação no pretérito imperfeito nas expressões “habitava”, “fazia”, “habitavam” e “ocupavam” nas SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD8 e SD9, remetem a uma ação do passado durativa, não limitada no tempo. Enquanto a conjugação no pretérito perfeito nas palavras “viveram” e “habitaram”, nas SD6 e SD7, indicam uma ação ou fato que ocorreu em um determinado momento do passado. De acordo com os dicionários, os mesmos que constituíram nosso objeto de pesquisa, definem pretérito como passado, como ação/estado/fato ocorrido antes do momento da enunciação.

Diante disso, o indígena é definido pelos dicionários analisados como um sujeito do passado, especialmente nas SD6 e SD7, as quais exprimem que o indígena é aquele que viveu/habitou um país ou região em um determinado momento do passado, indicando uma ação não habitual e momentânea, tendo início e fim em tempo passado. As demais SD's também indicam ações que ocorreram no passado, assim, determinam que indígenas são aqueles que habitaram/ocuparam determinado território durante algum tempo e/ou fizeram parte de um grupo nativo. Entretanto o tempo verbal do pretérito imperfeito exprime a ideia de continuidade e duração, ou seja, indica ação duradoura, que não foram terminadas no passado. Com isso, as SD's que representam essa regularidade ao definirem o indígena como alguém do passado, é como se ele não fizesse parte do contexto atual, produzindo assim o silenciamento desse sujeito na atualidade.

Para compreendermos os sentidos que as SD's produzem sobre os sujeitos indígenas, é importante destacar que para a AD, o silêncio, o não dito “não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante” (ORLANDI, 1997, p. 23). O silêncio, portanto, é constitutivo, uma vez que o que é dito se mantém em relação de sentido com o não dito, de acordo com Orlandi (1997, p. 24) “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras)”. Dessa forma, ao se enunciar de um modo, automaticamente, deixa-se de fazê-lo de outro modo e, assim, certos sentidos são produzidos enquanto outros são silenciados, isso porque “o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isto produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1997, p. 55).

Ao enunciar o indígena como um sujeito do passado, os dicionários silenciam a possibilidade de que ele signifique no presente, na atualidade. Nesse sentido, Orlandi (1997, p. 55) aponta que “há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como uma forma não de calar mas de fazer dizer “uma coisa”, para não dizer “outras”, o indígena é, portanto, restringido pelos dicionários a um momento passado, como alguém que habitou (SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD7, SD9) determinado lugar, que ocupou (SD8) determinado território, que fazia (SD1) parte de um grupo, que viveu (SD6) em certa localidade. Dessa forma, o sentido que se produz é de um sujeito que faz parte do nosso passado.

Orlandi (1997, p. 59) destaca que “o índio não fala na história [...] mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do Índio

para que ele não signifique fora de certos sentidos”. Nesse sentido, se diz de um jeito para não (deixar) dizer de outro, assim se apagam outros sentidos possíveis e que, no entanto, se quer evitar (ORLANDI, 1997). Diante disso, somos impelidos a questionar sobre quais as causas desse silenciamento/apagamento do indígena do presente, que outros sentidos possíveis são interditados ao dizê-lo desta forma?

Uma possibilidade é de que tal discurso é sustentado por um imaginário de indígena marcado por estereótipos de um indígena caricato, romantizado, abstrato e até mesmo ingênuo, que ainda não superou o senso comum e que remete ainda à época do descobrimento. Desse modo, o indígena do presente não seria mais visto/considerado como tal, fazendo prevalecer a ideia de que o índio verdadeiro é aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias (CENCI, 1994) e, com isso produzindo um imaginário de indígena ideal/verdadeiro, que naturalmente, não corresponde mais ao presente, dessa forma, aquele (que é considerado) indígena não existe mais, pertence ao passado. Assim, como destacam Damiano e Stübe (2020) ao não incluir o indígena considerando a maneira como ele participa da sociedade hoje, faz com que o imaginário de sujeito indígena idealizado vai se consolidando.

Além disso, a regularidade demonstrada pelas SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD8 e SD9, remetem ao processo de colonização, significando o sujeito indígena pelo processo de colonização, com isso, do mesmo modo que Orlandi (2008, p. 239) pretendemos “apontar para a *permanência* do discurso da des-coberta e da colonização. Apontar para os seus efeitos de sentido que ainda estão sempre aí se (re)produzindo” (grifo do autor), enquanto “o indígena em sua complexa realidade atual é silenciado, sendo apresentado, preponderantemente, como parte de uma história longínqua” (DAMIÃO; STÜBE, 2020, p. 48). Dessa maneira, compreende-se que os discursos sobre o sujeito indígena, presentes nos dicionários *on-line*, continuam a se ancorarem nas falas da descoberta (ORLANDI, 2008), ou seja, os discursos do passado continuam reverberando e produzindo sentidos no presente.

O silenciamento é recorrente nas definições de indígena, uma vez que há vários outros sentidos possíveis sobre esses sujeitos que são ignorados. As definições de indígena e dos verbetes relacionados produzem não só o silenciamento do indígena da/na atualidade, mas também de outras possibilidades de ser indígena que são apagadas ao serem ignoradas pelos dicionários, isso pode ser percebido também nas práticas sociais recorrentes no espaço urbano, como a comemoração do dia do índio o representando com cocar, por exemplo. Desse modo, analisando os dicionários *on-line* foi possível identificar outras formas de silenciamento desse sujeito.

3.3. Silêncio coletivo

Percebemos também que nos dicionários online há o silenciamento do indígena brasileiro. De acordo com os dicionários analisados, um dos verbetes que definem o sujeito indígena é aborígine (conforme quadro 1), entretanto, ao buscarmos pelas definições do verbete aborígine/aborígine, identificamos o silenciamento do indígena do Brasil, o que provoca estranhamento, uma vez que os dicionários de língua portuguesa (do Brasil) não fazem menção a esse sujeito que é parte de nossa história e cotidiano, fazendo menção a indígenas de outras nacionalidades e localidades e apagando a existência de um indígena no/do Brasil. Cabe destacar que esta regularidade também se manifestou nas pesquisas dos demais verbetes (quadro 1) mas representa pelas SD's apresentadas no quadro que segue.

Quadro 4: Silenciamento do indígena brasileiro

Verbetes	Regularidade
Aborígine	Silenciamento do indígena brasileiro
	SD10: O nome "aborígine" deriva do latim e significa "habitantes originais". Eles teriam migrado da Ásia para a Austrália há 50 mil anos. Significa primeiros povos da região, mas o termo aborígine é tradicionalmente aplicado apenas aos indígenas do continente australiano, da Tasmânia e adjacentes (Aulete)
	SD11: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos. Cujas regiões de origem foram posteriormente habitadas por europeus, falando especialmente dos nativos dessas regiões (Dicio)
	SD12: diz-se de ou indivíduo de um antigo povo da Itália central considerado autóctone pelos romanos. ETIM do lat. aborigines, um 'os autóctones ou primeiros habitantes do Lácio e da Itália, cujos reis lendários são Latino, Saturno e Fauno (Dicionário Google)
	SD13: Que é relativo ao conjunto das tribos indígenas australianas. Indivíduo que pertence a uma das tribos indígenas australianas (Priberam)
	SD14: relativo aos povos indígenas da Austrália indígena australiano, membro dos povos aborígenes da Austrália (Wikcionário)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

Esta regularidade – Silenciamento do indígena brasileiro – possui relação com a regularidade 1 (Indígena como sujeito do passado), uma vez que ambas silenciam possibilidade de ser do sujeito indígena. Há um processo metonímico, sustentado em uma repetição nos dicionários – a referência ao aborígine, associando-o somente a outros povos (australianos, italianos) invisibiliza o lugar do indígena brasileiro. O efeito disso, é o silenciamento. A primeira o silencia enquanto sujeito do/no presente, a segunda o silencia enquanto sujeito brasileiro. Para a AD a noção de tempo e espaço importa e produz efeitos de sentido, desse modo, silenciar o indígena como possibilidade de ser brasileiro, produz silenciamento e apagamento desse sujeito.

As SD10, SD11, SD13 E SD14 apontam para um sujeito australiano e a SD 12 refere-se a um sujeito da Itália. Assim, o indígena é definido como aborígine/aborígine, que por sua vez é o sujeito que “migrou” (SD10), que “nasceu” e/ou “vive” (SD11) na Austrália ou que “pertence”, “é” parte de tribos indígenas australianas (SD13 e SD14), ou que “é” parte do antigo povo da Itália (SD12). Desse modo, o indígena brasileiro é apagado/silenciado pelos dicionários online de língua portuguesa, o que pode ser decorrência de que todo o processo de nomeação do que havia no Brasil foi conduzido pelas experiências dos estrangeiros, especialmente os europeus, ou seja, o processo de nomeação e definição das coisas no português brasileiro é influenciado pela colonização do país e pela língua do colonizador.

Para compreendermos os sentidos produzidos pelas SD's apresentadas, é necessário pensar sobre a noção de silenciamento. O silenciamento é mais que só silêncio, é pôr em silêncio (ORLANDI, 1997) e, como já dissemos, o silêncio é constitutivo, pois para dizer uma coisa ou de uma forma é preciso apagar outras coisas ou formas de dizer (ORLANDI, 1997). Desse modo, “pensar o silêncio é problematizar as noções de linearidade, literalidade, completude” (ORLANDI, 1997, p. 48), ou seja, aquilo que fica de fora, à margem do que é dito, o que se “escolhe” não dizer ajuda a significar o que é dito. Diante disso, ao não enunciar sobre os indígenas brasileiros, os dicionários estão produzindo sentidos sobre ele.

Ao apresentar como definição somente os povos indígenas australianos e da Itália, os dicionários promovem o apagamento de outras etnias indígenas, que sabemos, são múltiplas. Por tratarem-se de dicionários de língua portuguesa brasileira, o fato de não fazer qualquer menção aos povos indígenas do Brasil, significa ainda mais fortemente e reflete o silenciamento a que os sujeitos indígenas são submetidos em nosso país. De acordo com Damiano e Stübe (2020, p. 49), “os indígenas são, desde o período colonial, designados ao silenciamento”, uma vez que já se teve tempo suficiente para alterar as definições do dicionário e com isso os sentidos produzidos, entretanto, por alguma conveniência segue-se

repetindo o silenciamento desses sujeitos, e ao silenciar, certas palavras são interditadas e, com isso certos sentidos são impossibilitados.

Assim, ao não enunciar o indígena brasileiro, impossibilita-se que ele signifique, uma vez que “dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1997, p. 55). De acordo com Orlandi (1997, p. 34), “a linguagem é conjunção significativa da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação”, diante disso, pode-se compreender que o silenciamento do indígena pode funcionar como uma tentativa de controlar, domesticar os sentidos que são produzidos sobre ele. Dessa forma, os dicionários contribuem com um imaginário de “construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo” (ORLANDI, 2007, p. 57-58).

Além disso, dizer o indígena desse modo pode estabelecer uma possível conexão entre as regularidades 1 e 2, já que na regularidade 1 – Indígena como sujeito do passado – também ocorre silenciamento (do indígena do presente). Podemos, portanto, compreender que uma regularidade pode ser decorrência da outra, ou seja, o indígena brasileiro é silenciado, pois não existe mais, faz parte (somente) do passado, ou ainda, ele é silenciado, pois deseja-se que ele não faça parte do presente. É assim que funciona o silenciamento, conforme Orlandi (1997, p. 76) “se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito”, assim “se apagam os sentidos que se quer evitar”, isso pois “o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 1997, p. 34).

Portanto, como destaca Orlandi (1997, p. 55), “ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido” e, dessa maneira, há certos sentidos que são reprimidos, enquanto outros são (re)produzidos, “desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997 p. 78). Sendo assim, o discurso sobre o sujeito indígena nos dicionários analisados “não leva em conta a diversidade dos grupos indígenas, dispersos pelo Brasil e na América Latina, e, muito menos, a complexidade imanente ao *ethos* (jeito de ser) e às práticas culturais de cada grupo em particular” (CENCI, 1994, p. 203), interditando a possibilidade de significação do indígena (também) como um sujeito brasileiro.

Chama-nos atenção, que mesmo alguns dos dicionários analisados funcionarem de forma colaborativa, permitindo, assim, a sua edição por parte dos leitores/usuários, o indígena brasileiro é apagado. De acordo com Freitas (2020, p. 136) “podemos compreender, na

substituição do especialista pelo dizer que emerge da coletividade, o efeito de completude de um saber que não se reduz a um ponto de vista”, dessa forma, esse silenciamento é ainda mais significativo e forte, pois compreende-se que ele é social, generalizado, o silenciamento que se produz sobre o indígena brasileiro é coletivo.

O conceito de memória tecnodiscursiva também produz influencia no silenciamento de sentidos, uma vez que a deslinearização, elemento importante a esse conceito, possibilitada pelos hiperlinks, faz funcionar um efeito de “palavra-puxa-palavra” (PETRI, 2018). Assim, conforme aponta Freitas (2020, p. 142) “as entradas de interesse em um verbete são tomadas como novas consultas, de modo que se analisam as relações entre os verbetes interligados pelos processos de remissão”, ou seja, ao acessarmos os hiperlinks somos direcionados a verbetes e definições que retornam sentidos ligados ao verbete do hiperlink, restringindo os sentidos.

Além do silenciamento os discursos dos dicionários produzem uma redução do indígena, limitando suas possibilidades de sentidos.

3.4. O lugar do indígena

Outra regularidade percebida nos dicionários online é a representação de indígena como um sujeito que (deve) habita(r) um local específico, o local de nascimento, o sujeito que pertence a um lugar. Esta regularidade foi recorrente tanto buscando pelo verbete de referência, como nos verbetes que o definem, como é possível observar no quadro 5, no qual apresentamos o conjunto de SD's que representam esta regularidade.

Quadro 5: Aquele que habita/vive no local de nascimento

Verbetes	Regularidade
Indígena	Habitar o local de nascimento
	SD14: Nascido no país em que vive (Dicio)
	SD15: Que ou aquele que é natural da região e que habita. (Priberam)
	SD16: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. Adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos (Dicio)
	SD 17: oriundo do país em que vive. -, s. m. pl. os habitantes primitivos de um país, os que o ocupavam, quando ele entrou na História, e dos quais a origem é desconhecida. F. Lat.

Aborígene	<p><i>Aborigines.</i> (Aulete)</p> <p>SD18: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Infopédia)</p> <p>SD19: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Priberam)</p> <p>SD20: que é originário do país ou região em que vive ou se encontra (Wikcionário)</p>
Autóctone	<p>SD21: Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. Adjetivo Que é natural da região ou do território em que habita; nativo. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. Que é natural da região onde ocorre (Dicio)</p> <p>SD22: Que é natural da região onde habita ou se encontra (povo autóctone, flora autóctone); ABORÍGINE; INDÍGENA [P.opos. A alóctone.] (Aulete)</p> <p>SD23: que ou pessoa que nasceu na própria terra em que habita; aborígene; indígena (Infopédia)</p> <p>SD24: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta ETIM gr. <i>autókthōn, ōn</i> 'originário do próprio solo, que nasce do próprio solo (plantas)', pelo lat. <i>autochthōn, ōnis</i> 'nascido no país que habita, indígena' (Dicionário Google)</p> <p>SD25: Que ou o que é natural do território onde vive. = ABORÍGINE, INDÍGENA, NATIVO ≠ ALIENÍGENA, ALÓCTONE, ESTRANGEIRO, FORASTEIRO Que tem origem no local onde se encontra ou onde se manifesta (ex.: espécime autóctone; floresta autóctone). ≠ ALÓCTONE (Priberam)</p> <p>SD26: Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Que é oriundo de terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação (Aurélio) Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. 2. Nativo; que é natural da região ou do território em que habita. 3. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. É aquilo que é natural do lugar em que se encontra. (Dicionário Informal)</p> <p>SD27: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. Pessoa, animal ou planta originários do lugar em que habitam (Michaelis)</p>

	SD28: Natural da região que habita: indígena, aborígene, <u>natural</u> , <u>morador</u> , <u>nacional</u> , <u>nativo</u> , <u>originário</u> , patricio, <u>primitivo</u> . (Sinônimos)
--	---

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

A regularidade que aqui observamos define o indígena como o sujeito que habita/vive/se encontra em seu local de nascimento, produzindo assim um imaginário de que para ser (considerado) indígena é preciso estar/viver/ocupar o local de nascença. Diante disso, parece haver uma dissociação entre o indígena e o espaço urbano e, com isso, se produz, mais uma vez, o silenciamento desse sujeito, pois silencia sua possibilidade de significação em outros espaços, só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram. Como já dissemos, “se diz “x” para não (deixar) dizer “y”” e dessa forma “se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 1997, p. 76).

Os discursos presentes em todas as SD's (SD14, SD15, SD16, SD17, SD18, SD19, SD20, SD21, SD22, SD23, SD24, SD25, SD26, SD27 e SD28) podem estar sustentados em imaginários criados em decorrência da disputa por território entre indígenas e não indígenas. O processo de colonização acabou por delimitar tanto o espaço físico a ser ocupado pelo indígena, como também o lugar social, assim o povo indígena foi rotulado sob um imaginário criado e sustentado sob prejulgamentos, que foram alicerçados pelo preconceito e discriminação decorrentes das disputas de terras. De acordo com Nacke, *et al.* (2007) a disputa de terras, os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e os indígenas que batalhavam pela demarcação de suas terras, gerou marcas profundas no povo indígena, que passou a sofrer forte preconceito e discriminação.

De acordo com Guerra (2015, p. 118) “a questão dos conflitos de terras indígenas é entendida como uma construção histórica, na qual as forças econômicas e o papel do Estado, desde a época da Colônia, passando pelo Império e pela República, levaram os indígenas a serem cada vez mais cerceados em sua capacidade de locomoção e reprodução”. Entretanto, segundo a autora as populações indígenas continuam a ser vistas como obstáculo ao progresso e aos projetos de desenvolvimento do país (GUERRA, 2015, p. 130). Diante disso, o silenciamento que essa regularidade produz é quanto à possibilidade de o indígena significar em outros espaços, em qualquer espaço, pois ao dizê-lo dessa forma “se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997, p. 78).

Os discursos como os da SD14 - “Nascido no país em que vive”, SD18 - “pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural”, SD23 - “pessoa que nasceu na própria terra

em que habita” e SD26 - “Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram”, e as demais expostas no quadro 5, produzem efeitos de sentidos, que segundo Orlandi (1997, p. 59), “reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do Índio para que ele não signifique fora de certos sentidos”. Desse modo, compreendemos que os discursos dos dicionários online atuam contribuindo “na construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas” (ORLANDI, 2007, p. 57-58). De acordo com Guerra e Valiente (2014, p. 30) discursos como os encontrados nos dicionários “carregam uma historicidade que perpassa os tempos constituindo, por meio da memória discursiva, o imaginário em relação a esse grupo marcado pelo preconceito e pela exclusão social desde a época da colonização e que condiciona o momento atual”.

Além disso, as SD’s remetem a noção de “terras tradicionalmente ocupadas” e a tese do “marco temporal”. Ao definir que o indígena é aquele que deve ocupar seu local de nascença, sustenta-se, então, a interpretação defendida por grupos dominantes, que consideram que os indígenas só teriam direito à terra que estivesse sob sua posse na data da promulgação da Constituição Federal. Diante disso, essa regularidade demonstra, conforme apontam Guerra e Valiente (2014, p. 145) “o lugar conflituoso e tenso a partir do qual o sujeito enuncia por meio de discursividades que negam os direitos indígenas em relação à terra”. Com isso compreendemos que o imaginário que sustenta esses discursos é o de que todo indígena deve ser aldeado e o índio desaldeado está, com isso, recusando a ocupar o lugar que lhe foi destinado (GUERRA, 2015), assim o sujeito que por algum motivo ausenta-se da aldeia deixa de ser indígena, reforçando e (re)produzindo o imaginário de um indígena ideal/verdadeiro, que conforme aponta Cenci (1994) seria aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias, mais uma vez, consolidando uma idealização de indígena no imaginário social (DAMIÃO; STÜBE, 2020).

Não há nos dicionários referências aos indígenas que vivem nos espaços urbanos, corroborando com o imaginário de que os indígenas vivem (ainda e somente) nas florestas e aldeias, assim, percebe-se que “ainda há um juízo popular que não os reconhece como indígenas se moradores da cidade, tornando-se fruto de um pensamento retrógrado” (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019. p. 330), concebendo o indígena como um sujeito congelado no tempo e no espaço, e que seu modo de vida é oposto à vida urbana (BAINES, 2001).

4. Considerações finais

Diante do todo exposto, podemos pensar sobre o funcionamento da palavra nas práticas discursivas. A partir das definições oferecidas pelos dicionários para o verbete indígena e dos sentidos que emergem delas, compreendemos que a palavra, não significa por si só, podendo servir a múltiplas possibilidades nas práticas discursivas, visto que, como observa Pêcheux (1995, p. 147, grifo do autor) “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade”. Desse modo, como ressalta Oliveira (2006, p. 30) “é preciso considerar que as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da *temporalização do acontecimento*” (grifo do autor). Assim, as palavras dos dicionários podem prestar-se a muito mais do que apresentar definições e significados. Importa destacar que tomamos a palavra a partir de seu funcionamento qualitativo, uma vez que “as palavras mudam de sentido de acordo com as posições assumidas por aquelas que as empregam” (ORLANDI, 2010, p. 42-43).

O dicionário é “rotulado socialmente como aquele que suporta todas as dúvidas dos falantes sejam elas de natureza ortográfica (bem formais), sejam elas de natureza semântica (bem mais subjetivas)” e funcionar “como referencial no tocante ao como se escreve uma palavra corretamente e o que significa/dizer essa palavra” (PETRI, 2019, p. 231). Desse modo, conforme aponta Mazière (2007), está presente nos discursos sociais, culturais, políticos de uma época ou de um ambiente, em sincronia com eles, aceitando-se que ele diz o verdadeiro sentido das palavras. Porém, nos dicionários, as palavras podem servir para além de definir, significar mais do que ali está posto, uma vez que, segundo destaca Petri (2019, p. 229) “as palavras fazem sentido porque carregam em si mesmas referenciais e sentidos já postos em outro tempo e outro lugar, sob a égide do interdiscurso, estejam ou não tais sentidos nos dicionários”.

Diante disso, “a ilusão da transparência da linguagem faz com que não percebamos que ao enunciar, podemos estar construindo sentidos diferentes do que imaginamos” (DAMIÃO E STÜBE, 2020, p. 48). Posto que as palavras carregam em si memória que sempre podem produzir outros sentidos, compreendemos que a palavra além de múltiplos sentidos, pode servir à produção do silenciamento, como vimos, é o caso do verbete indígena.

Portanto, a definição de indígena nos dicionários online de língua portuguesa, funciona produzindo apagamento. O apagamento, por sua vez, como destaca Orlandi (2008, p. 69) “é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Mas funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam, mas que não se expõem como tal”.

Isso porque é um apagamento que opera por meio da palavra, ou seja, os dicionários apresentam definições sobre o indígena que na subjetividade o apagam e excluem de certas significações. Com isso compreendemos que as palavras podem funcionar silenciando sentidos e sujeitos.

Diante disso, observamos que os discursos dos dicionários online de língua portuguesa produzem um constante silenciamento do sujeito indígena. Ao silenciar os dicionários limitam outras possibilidades de significação, assim, o local que é concebido como um lugar de acumulação de saberes, onde estão guardados todos os sentidos das palavras, promove a interdição de alguns sentidos. Desse modo, os dicionários funcionam na estabilização de certos sentidos, sentidos esses que correspondem aos interesses de uma sociedade colonialista. Faz-se isso na intenção de "domesticar" sentidos que podem ser produzidos sobre os sujeitos indígenas, assim impossibilitando imaginários que se deseja evitar ou, até mesmo, evitando que certos imaginários sejam desconstruídos.

Compreende-se, então, que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista e retrógrada. Uma vez que, os sentidos presentes nos dicionários remetem a sujeito que não pertence a atualidade, nem aos espaços urbanos, além de considerarem sua cultura como essência, como algo imutável, cultura essa associada ao passado e que possui forte relação com a terra. Com isso, (re)produz-se o imaginário idealizado de indígena, pois ao passo que sua cultura se transforma, deixa-se de ser índio.

Importa destacar que a noção de memória tecnodiscursiva pode contribuir para a consolidação de certos imaginários. Devido a deslinearização que essa memória possibilita por meio dos hiperlinks, que conduzem a outras definições, há sentidos que podem ser reforçados, pois ao buscar pela definição de um verbete, pode-se acessar hiperlinks que remetem a determinado sentido, ao fazer isso sucessivamente o usuário será direcionado a definições que remeterão cada vez mais a um determinado sentido, fazendo com que seja reforçado e consolidado. Além disso, a possibilidade de edição do conteúdo dos dicionários online revela muito sobre os imaginários que sustentam os discursos sobre o sujeito indígena, pois mesmo diante da possibilidade de edição, há sentidos que se estabilizam, demonstrando que são imaginários consolidados e generalizados na sociedade.

Referências

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. 2. ed. Campinas: 2009.
- BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019.
- BORTOLIN, A. C; FERNANDES, C. B. *We can do it!*: o funcionamento discursivo dos *memes* no espaço digital. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 57, 2017, p. 81-102.
- CENCI, A. Considerações em torno da cultura e identidade cultural Kaingáng. In: MARCON, Telmo. *et al.* **História e cultura Kaingáng no sul do Brasil**. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994
- COELHO, C. G. F. Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola. **Estudos linguísticos**, São Paulo, n.44, 2015, p. 962-971.
- DAMIÃO, E. A; STÜBE, A. D. Sentidos sobre o indígena em livro didático de língua portuguesa. In: TFOUNI, F. E. V; BERNARDO-SANTOS, W. J. (Org.). **Análise do discurso e materiais de ensino**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.
- DIAS, C. Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. **Revista Ecos**, Cáceres, v. 28, n. 01, 2020, p. 157-175.
- DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, 2016, p. 8-20.
- FREITAS, R. A. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2020.
- GUERRA, V. M. L. O outro (do) lado da fronteira: identidade kaiowá e território indígena. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 16 (2), 2015, p. 116 – 139.
- GUERRA, V. M. L; VALIENTE, M. F. Um olhar sobre as representações discursivas dos indígenas: terra e exclusão. **Revista Metalinguagens**, n. 1, 2014, p. 29-48.
- KLINGER, K. A; CASTAGLIONI, A. C; CUNHA, H. L. Verbete “professora”: o que (não) diz o dicionário Aurélio. **Revista Papéis**, Campo Grande, v. 18, n. 35, 2014.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, Campinas: UNICAMP, 1998.
- MARIANI, B. Um imaginário e outros. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S. (Org.). **A análise do discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- MAZIÈRE, F. **A análise do discurso**: História e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.
- NACKE, Aneise et al. **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

- NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, Taguatinga, v. 3, n. 1 /2, p. 06-21, 2010.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, jul./dez. 2008, p. 107-124.
- OLIVEIRA, S. E. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. P. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. In. BARRETO, R. G. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2. ed., Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. (Org). **História das ideias linguísticas**: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista - Discurso de confronto**: Velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PAVEAU, A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PETRI, V. Contribuições da análise de discurso para o ensino de línguas: em busca da desconstrução da unidade imaginária. In: SCHONS, C; CAZARIN, E. (Org.). **Língua, escola e mídia**: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias. Passo fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 25-33.
- PETRI, V. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Conexão Letras**, v. 13, 2018, p. 47-58.
- PETRI, V. **Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos**: a especificidade do dicionário regionalista. *Língua e instrumentos linguísticos*, Campinas: RG Editora, n. 29, jan./jun. 2012, p. 23-37.

PETRI, V. “Manifestação” na língua e no dicionário: movimentos de sentido. In: SCHERER, A. et al (Org). **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

PETRI, V. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos/ Verli Petri, com a participação de Daiane Siveris, Daiane da Silva Delevati, Nina Rosa Licht Rodrigues. 1. ed. Santa Maria: UFSM, PPGL- Editores, 2010.

PIEREZAN, M. Z. **Imaginário na constituição do discurso**: sentidos produzidos sobre o sujeito indígena em documentos oficiais. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal da Fronteira Sul: Chapecó, 2020.

SCHMITT, Michele. Memória discursiva e memória metálica: (in)completude da linguagem. **Idéias**, Santa Maria, n. 17, 2003.

VERONEZE JR, A. A.; PADUA, C. A. Formulação e circulação dos sentidos de pandemia: o imaginário em primeiro plano. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 2, 2020.

RESUMEN: La presente investigación analiza sentidos movilizados sobre el sujeto indígena en diccionarios en línea de lengua portuguesa. Por medio del análisis buscamos comprender memorias discursivas que sustentan esas definiciones, identificar imaginarios que sustentan los sentidos movilizados y cómo impactan en saberes y sentidos estabilizados sobre los sujetos indígenas. Para ello, partiendo de una secuencia discursiva de referencia, se buscaron en los diccionarios en línea de lengua portuguesa las definiciones relacionadas a la indígena. En nuestro análisis, nos apoyamos en los dispositivos teórico-analíticos de la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL) y del Análisis del Discurso (AD) de filiación francesa, para tanto, conversamos con autores que dedican esfuerzos a observar el movimiento de sentidos desde la perspectiva de AD como Pêcheux (1995; 1997), Orlandi (1997; 2001; 2006; 2008 y 2010), Nunes (2006; 2008 e 2010) y Petri (2010; 2011; 2012 y 2020). Comprendemos que los diccionarios tienen un papel crucial en la institucionalización de los sentidos, así los diccionarios en línea se configuran como una herramienta útil e importante en el intento de flagrar los discursos en circulación y los modos de decir de una sociedad. Los resultados apuntan que los imaginarios que sustentan los discursos en circulación sobre el sujeto indígena están apoyados bajo una retórica colonialista y retrógrada, pues definen lo definen como un sujeto perteneciente al pasado, produciendo un silenciamiento del indígena en la actualidad y del indígena brasileño, además de sostener una idealización de ese sujeto